



ESTADO DE PERNAMBUCO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUIQUE

LEI Nº 415, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município de Buíque para o exercício financeiro de 2019.

O EXMO. SR. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BUÍQUE, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Constituição Federal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Buíque/PE, **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção Única

Art. 1º. Esta Lei estima a Receita do Município de Buíque para o exercício financeiro de 2019 no montante de R\$ 144.164.000,00 (cento e quarenta e quatro milhões, cento e sessenta e quatro mil reais) e fixa a Despesa em igual valor, compreendendo, nos termos do art. 165, § 5º da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019:

- I - O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta;
- II - O Orçamento da Seguridade Social abrangendo as entidades e os órgãos da Administração direta e indireta, incluídos os fundos atrelados à saúde, à previdência e à assistência social.

CAPÍTULO II

DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL.



ESTADO DE PERNAMBUCO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUIQUE

Seção I

Da Estimativa da Receita

Art. 2º. A receita total estimada nos orçamentos fiscal e da seguridade social é de R\$ 144.164.000,00, assim distribuída:

I - Orçamento Fiscal dos Poderes do Município R\$ 108.055.300,00;

II - Orçamento da Seguridade Social no valor de R\$ 36.108.700,00 em que:

- a) R\$ 16.599.000,00 compreendem receitas de saúde;
- b) R\$ 3.849.000,00 compreendem receitas de assistência social;
- c) R\$ 15.660.700,00 compreendem receitas da entidade de previdência dos servidores municipais efetivos (RPPS).

Art. 3º. A receita orçada será realizada mediante a arrecadação de tributos e demais receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada no Anexo I, que integra e acompanha esta Lei, distribuída por categoria econômica e origem da seguinte forma:

I - RECEITAS CORRENTES (g-h=I): R\$ 116.790.103,00

- a) Receita Tributária: R\$ 6.894.879,00
- b) Receita de Contribuições: R\$ 8.770.319,00
- c) Receita Patrimonial: R\$ 890.118,00
- d) Receita de Serviços: R\$ 1.392.906,00
- e) Transferências Correntes: R\$ 106.791.965,00
- f) Outras Receitas Correntes: R\$ 1.281.083,00
- g) Total das Receitas Correntes: R\$ 126.021.270,00
- h) Deduções Legais de Receita: R\$ -9.231.167,00

II - RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS: R\$ 8.119.000,00



ESTADO DE PERNAMBUCO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUIQUE

III – RECEITAS DE CAPITAL: R\$ 19.254.897,00

- a) Operações de Crédito: R\$ 10.000.000,00
- b) Alienação de Bens: R\$ 491.505,00
- c) Transferências de Capital: R\$ 8.763.392,00

IV – TOTAL DAS RECEITAS (I+II+III=IV): R\$ 144.164.000,00

§ 1º. As receitas estimadas no orçamento e discriminadas de forma consolidada nos incisos e alíneas do caput deste artigo estão detalhadas no Anexo II, pela natureza, conforme estabelece a Lei Federal nº 4.320, de 1964.

§ 2º. As fontes/destinação das receitas integram esta Lei por meio de quadro específico, detalhado por código e Id-Uso – Identificador de Uso.

Seção II

Da Fixação da Despesa

Art. 4º. A Despesa total é fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no mesmo valor da Receita, discriminada por Função, Poderes e Órgãos, em R\$ 144.164.000,00 e desdobrada, nos termos da LDO, em:

I - Orçamento Fiscal: R\$ 96.967.922,00;

II - Orçamento da Seguridade Social, no valor de R\$ 47.196.078,00, em que:

- a) R\$ 24.827.478,00 compreendem despesas com saúde;
- b) R\$ 6.207.900,00 compreendem despesas com assistência social; e
- c) R\$ 16.160.700,00 compreendem despesas do RPPS.



ESTADO DE PERNAMBUCO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUIQUE

§ 1º. Do montante das despesas fixadas nas alíneas “a”, “b” e “c” do inciso II do art. 4º, R\$ 11.087.378,00 (Onze milhões, oitenta e sete mil, trezentos e setenta e oito reais) serão custeados com recursos do Orçamento Fiscal, consoante art. 195, § 2º da Constituição Federal.

§ 2º. Nas despesas da seguridade social, as quais serão custeadas com recursos do orçamento fiscal, incluem-se os aportes adicionais ao RPPS.

Seção III

Da Distribuição da Despesa por Função, Órgãos e Categorias Econômicas.

Art. 5º. A despesa total fixada por funções, subfunções, projetos, atividades e operações especiais dos Poderes e Órgãos está detalhada nos Anexos VI a IX, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 6º. As categorias econômicas e despesas por grupos estão demonstradas, de forma analítica, individualizada por órgão, no Anexo II, e consolidadas no Resumo da Natureza da Despesa, conforme a discriminação seguinte:

I – DESPESAS CORRENTES: 117.616.997,00

a) Pessoal e Encargos Sociais: R\$ 74.014.954,00

b) Juros e Encargos da Dívida: 0,00

c) Outras Despesas Correntes: R\$ 43.602.043,00

II – DESPESAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS: R\$ 8.119.000,00

III – DESPESAS DE CAPITAL: R\$ 24.657.003,00

a) Investimentos: R\$ 24.207.080,00

b) Inversões Financeiras: R\$ 0,00

c) Amortização da Dívida: R\$ 450.000,00



ESTADO DE PERNAMBUCO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUIQUE

IV – DESPESAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIAS: R\$ 0,00

V – RESERVA DE CONTIGÊNCIA: R\$ 1.890.000,00

VI – TOTAL DA DESPESA (I+II+III+IV+V=VI): R\$ 144.164.000,00

Seção IV

Dos Anexos de Compatibilidade e de Compensação

Art. 7º. Em atenção ao art. 5º da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017, integram a presente Lei:

I - o Anexo de Compatibilidade da Programação com as Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - o Demonstrativo de estimativa da Compensação da Renúncia de Receita decorrente de anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

CAPÍTULO III

DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

Seção Única

Dos Créditos Adicionais Suplementares

Art. 8º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) da despesa fixada nos orçamentos, fiscal e da seguridade social, com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes desta Lei, mediante a utilização de recursos



ESTADO DE PERNAMBUCO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUIQUE

permitidos no § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964 e disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018.

Art. 9º O percentual estabelecido no caput do art. 8º será duplicado quando as dotações se destinarem ao atendimento às despesas:

I - do Poder Legislativo;

II - de pessoal e encargos;

III - com previdência social;

IV - com o pagamento da dívida pública;

V - de custeio dos sistemas municipais de educação, de saúde e assistência social;

VI - despesas destinadas a defesa civil, combate aos efeitos de catástrofes, secas e as epidemias;

VII - despesas para execução de investimentos com recursos de transferências voluntárias do Estado e da União.

Art. 10. As alterações ou inclusões de modalidades de aplicação, bem como as mudanças de fontes de recursos, não constituem créditos adicionais ao Orçamento e serão feitas por Decreto.

Art. 11. A reserva de contingência, estabelecida nos termos do art. 5º, inciso III da Lei Complementar nº. 101, de 2000, será utilizada como recursos orçamentários para suplementação de dotações destinadas ao atendimento de passivos contingentes, riscos e eventos fiscais, em percentuais não inferior a 1% (um por cento) das receitas correntes líquidas previstas, consoante disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018, sem onerar os limites autorizados no *caput* dos artigos 8º e 9º.

CAPÍTULO IV

DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Seção Única

Da Autorização para Realizar Operações de Crédito



ESTADO DE PERNAMBUCO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUIQUE

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para a modernização administrativa e tributária, respeitados os limites da Lei Complementar nº 101, de 2000, de Resoluções do Senado Federal, disposições da legislação pertinente e compatibilidade com programas federais.

Parágrafo único. Na autorização do *caput* incluem-se Operações de Crédito por Antecipação de Receita (ARO), nos termos da Lei Municipal nº 401, de 14 de setembro de 2018 - LDO.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção Única

Das Disposições Gerais

Art. 13. A utilização de dotações com recursos vinculados a transferências voluntárias, por meio de convênios e contratos de repasse, ou custeadas por operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos respectivos.

Art. 14. Na fixação dos valores das dotações para pessoal estão consideradas margens de expansão referentes às projeções para acréscimos de despesas destinadas a atender as disposições do §1º do art. 169 da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, inclusive a expansão das despesas com o aumento do salário mínimo que vigora a partir de janeiro de 2019.

Art. 15. O Poder Executivo, no interesse da Administração, poderá designar como unidades gestoras de créditos orçamentários, unidades administrativas subordinadas ao mesmo órgão, com as atribuições de movimentar dotações consignadas as unidades orçamentárias, atendendo as disposições do parágrafo único do art. 14 e do art. 66 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.



ESTADO DE PERNAMBUCO PREFEITURA MUNICIPAL DE BUIQUE

Art. 16. O Chefe do Poder Executivo, no âmbito deste Poder, adotará parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar realização de despesas à efetiva arrecadação das receitas e para garantir as metas de resultado estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, consoante legislação específica.

Art. 17. O Poder Executivo estabelecerá Programação Financeira na qual fixará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com as receitas, com vistas à obtenção do equilíbrio financeiro.

Parágrafo único. Decreto Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de desembolso, consoante art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 18. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, contando-se seus efeitos do dia 01 janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

Gabinete do Prefeito, em 17 de dezembro de 2018.


ARQUIMEDES GUEDES VALENÇA
PREFEITO

